

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Data de aceite: 23/07/2021

Nathan Marcos Buba

Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC
Florianópolis

RESUMO: Um dos principais conflitos do século XX em território brasileiro foi a Guerra do Contestado (1912 – 1916). O combate abrangeu uma fatia predominante do território não litorâneo do estado de Santa Catarina, sendo reflexo para a situação precária de vários indivíduos, tendo a região do Contestado o IDH mais baixo de Santa Catarina. Desde o início do conflito, foram produzidos relatos que descreveram os motivos da guerra, bem como o perfil da população que enfrentava a força nacional e estadual. A denominação mais recorrente para os rebeldes foi a de “caboclo”, permanecendo até a atualidade na literatura acadêmica a respeito da Guerra do Contestado. O que proponho no presente estudo, é realizar uma análise sobre a denominação de “caboclo” na região do Contestado utilizando como ponto de referência o uso do termo no sudeste brasileiro e na região amazônica. Não pretendo com isso encontrar uma definição ao “caboclo” no Contestado, mas procuro demonstrar a complexidade de sentidos que o termo carrega, bem como a heterogeneidade da população envolvida no conflito que ficou conhecida com essa denominação. Desta forma, pretendo atentar para uma tendência de muitos pesquisadores que abordam o conflito, de reificar,

buscar uma homogeneização do “caboclo” na região do Contestado. Sendo assim, não tenho como objetivo encontrar uma resposta para o uso do termo nos escritos sobre a Guerra do Contestado, mas sim, que a presente pesquisa faça lançar questionamentos, debates, perguntas e críticas sobre a utilização do “caboclo” nos estudos futuros sobre o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Caboclo, contestado, miscigenação.

1 | O BRASIL E O “CABOCLO”

No Brasil, o termo “caboclo” é utilizado de diversas formas e possui inúmeros significados. Deborah de Magalhães Lima destaca duas etimologias para a palavra caboclo: a primeira deriva do tupi *caa-boc*, que significa “homem que vem da floresta” e a segunda origina-se do tupi *kari'boka*, que quer dizer “filho do homem branco (1999, p.09). Entretanto, Deborah de Magalhães Lima em suas pesquisas na região amazônica, enfatiza a primeira hipótese como mais provável, pois na região norte, primeiramente, o “caboclo” foi utilizado como sinônimo de indígena. Já na região sul do Brasil, Aujor Ávila da Luz destaca que a “mistura do branco com o índio dando o mameluco, ou melhor, o curiboca”, fez-se de modo exclusivo e numa escala enorme durante os séculos XVI E XVII: era o cruzamento do homem branco com a mulher índia” (LUZ, 1999, p.66).

Analisando apenas a etimologia da

palavra caboclo no Brasil, é possível encontrar divergências. Essa discrepância não fica restrita à etimologia. Em grande parte do território brasileiro, o termo “caboclo” é empregado como: grupo étnico, expressão popular, categoria de classificação social, “mistura racial”, categoria relacional, entidade das religiões de matrizes africanas como a Umbanda e utilizado até mesmo para definir os participantes de um conflito, como aconteceu com a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Analisar essa diversidade é que pretendo a seguir.

21 O “CABOCLO” NA REGIÃO AMAZÔNICA

Uma das regiões brasileiras que encontramos a utilização do termo “caboclo” em grande escala é a amazônica, empregada em diversos contextos e para vários indivíduos que não se reconhecem como um grupo. Deborah de Magalhães Lima em seu estudo destaca as diversas definições que o termo “caboclo” possui na Amazônia. Para a autora, “caboclo” é empregado no modo coloquial, como categoria de classificação social e na literatura acadêmica para abordar os pequenos produtores rurais de ocupação histórica, entretanto, ambos os casos mencionam pessoas que não se incluem nas definições, sendo o “caboclo” geralmente aplicado ao outro (LIMA, 1999, p.05).

Carmen Izabel Rodrigues destaca que “o caboclo é uma categoria de alteridade, que fala sempre do outro, como também, não é um ser ou uma essência, mas uma categoria de representação” (RODRIGUES, 2011, p.122). Michael Chibnik enfatiza que “caboclo” na situação amazônica remete aos nativos “puros e civilizados” e também as pessoas que portam alguma descendência indígena-européia, entretanto o termo é também sempre vinculado às pessoas de classe mais baixa da região (CHIBNIK, 1991, p.168).

O termo utilizado como uma categoria de classificação social na Amazônia inclui as dimensões geográficas, raciais e de classe. Segundo Deborah de Magalhães Lima, o “caboclo” é conhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil, representando a região amazônica e reconhecido por parte dos brasileiros como o indivíduo característico dessa região (LIMA, 1999, p.06). Entretanto, diferente dos outros “tipos” regionais, tais como o gaúcho e sertanejo que constituem representações mais restritas, o “caboclo” também é uma categoria de “mistura racial”, sendo o resultado da miscigenação do indígena com o branco.

Como categoria relacional, o “caboclo” na Amazônia “identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação aquela de quem o classifica” (LIMA, 1999, p.06). Desta forma, o termo é aplicado geralmente ao outro. Portanto, o locutor se diferencia do “caboclo” para exaltar o seu aspecto mais urbano, branco ou de maior *status* financeiro. Kathryn Woodward destaca que o processo de identificação depende do outro para se realizar, no qual é manifestado pela diferença e sustentado pela exclusão, desta forma, surgindo o “outro” (WOODWARD, 2000, p.09). Tomaz Tadeu da Silva, sobre os processos de identificação, salienta que a identidade não está separada

da diferença, sendo elas inseparáveis (SILVA, 2000, p.75). Roberto Cardoso de Oliveira também menciona o “outro” na questão dos processos de identificação, destacando que na diferença é que acabamos dando sentido a nós e aos outros (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma, como categoria relacional, o termo “caboclo” geralmente é utilizado como a barreira que separa o locutor de quem ele entende que está em condições sociais mais baixas em relação a si, ressaltando também um “outro” para afirmar quem ele é e expressar a sua condição de superioridade.

Na literatura acadêmica sobre a Amazônia, o termo “caboclo” é utilizado para destacar uma “categoria social fixa, ao invés de relacional: campesinato histórico da amazônica”. Na antropologia, por exemplo, as pesquisas sobre o “caboclo” não são extensas, sendo as principais obras escritas nos anos de 1950 por Charles Wagley e Eduardo Galvão que utilizaram o termo para se referir à população rural amazônica. Entretanto, na década de 1980, alguns pesquisadores como Forewaker, 1981; Weinstein, 1983; Sioli, 1984; Bunker passam a traduzir o termo como o campesinato amazônico nativo. Todavia, essas abordagens trazem alguns problemas, como reificar ou homogeneizar como “caboclo”, grupos distintos de pessoas, em diferentes condições e historicidades, como também empregar a estes indivíduos um termo pejorativo.

Sobre o “caboclo” na Amazônia, Deborah de Magalhães Lima destaca que o termo *caboclo* evoca vários significados, sendo os principais relacionados a noções de geografia (Amazônia, interior, rural), de descendência e “raça” (indígena, mestiça), das hierarquias e relações sociais (conquista ibérica, submissão, a relação de dívida e de crédito no aviamento, o par patrão & freguês) – todas ligadas à história da ocupação europeia da Amazônia. Entre esses significados, predomina o sentido pejorativo do termo, decorrente da representação negativa do indivíduo ou grupo que ocupa uma posição social inferior. Embora haja também uma valorização positiva – no folclore, que retrata o caboclo como “o homem da terra”, e em cultos de possessão, em que aparece como “espírito forte” (Boyer, 1999b) – o estereótipo predominante é negativo. Corresponde a figuras como o “matuto” e o “caipira” do interior sulista. Por esse motivo, qualquer referência ao termo não pode ser inteiramente inocente, pois sempre remete à conotação pejorativa – de domínio público, apreendido pelo senso comum –, ao ponto do nome mesmo não ser senão excepcionalmente usado como autodenominação. A forma singela e humilde de pôr a mão no peito e anunciar, como reconhecimento de inferioridade, “*eu sou apenas um caboclo*” dirige-se especificamente a um interlocutor branco, rico ou de outra região que não a Amazônia (LIMA, 1999, p.26). Não se pretende aprofundar na questão sobre o “caboclo” no norte do Brasil, apenas destacar a complexidade e as várias definições que esse termo reúne em uma mesma região. Como destacado por Deborah de Magalhães Lima, o “caboclo” tem conotações similares entre as regiões, ora algumas definições são distintas, como é o caso do sudeste brasileiro.

3 | O CABOCLO NO SUDESTE BRASILEIRO, O JECA TATU

Assim como na região amazônica, a denominação “caboclo” também é empregada no sudeste. As duas regiões têm similaridades sobre as definições do termo, sendo aplicado também para designar a população pobre e rural. Contudo, na extensão sudeste do Brasil, o “caboclo” ficou marcado pelo personagem de Monteiro Lobato chamado Jeca Tatu. Este personagem ultrapassou as fronteiras da literatura, se espalhou para os comerciais, teatro, cinema, e principalmente para a música. Em contraste com a Amazônia, que é raro a autoidentificação como “caboclo”, no sudeste o termo é ambíguo, podendo ser empregado de modo pejorativo, como também exaltado por aqueles que se identificam como “caboclo”.

Monteiro Lobato além da sua atividade como escritor, também desempenhou a função de administrar a fazenda do seu falecido avô. Nesse período, em 1911, como fazendeiro, passa a escrever cartas a seu amigo Godofredo Rangel, instrumento por onde contava suas experiências pessoais e profissionais. Através dessas correspondências é que identificamos as primeiras menções do escritor e fazendeiro ao “caboclo” (AZEVEDO, 2012, p.24). Nas suas primeiras alusões ao “caboclo”, Monteiro Lobato destaca-o como a “praga da terra” ou o “piolho da terra”, desaprovação que gira em torno da coivara praticada pelos camponeses e agregados das fazendas. É necessário compreender as cartas, pois Monteiro Lobato realizava ao mesmo tempo as atividades de escritor e fazendeiro, dessa forma, acreditava que a literatura tinha um papel social de intervenção e suas atitudes de leitor e escritor permeava esse eixo. Entretanto, isso se prolongou em seus primeiros escritos públicos sobre o Jeca Tatu, por exemplo, no artigo intitulado “Uma velha praga”, publicado em 12 de novembro de 1914 no jornal o Estado de São Paulo. Nesse escrito, Monteiro Lobato continua sua reclamação sobre as queimadas nas práticas de plantio. De acordo com o escritor

O responsável por tal despautério era o caboclo, uma espécie de homem baldio que vivia à beira da civilização, agregado às fazendas. Nascia o personagem que, em novo artigo publicado dois meses depois, a 23 de dezembro, no mesmo jornal, sob o título “Urupês”, receberia a alcunha de Jeca Tatu. Aquela figura fraca, desprovida de força de vontade e senso estético, feia e grotesca, viu se largamente ampliada neste segundo artigo. Nele, Lobato acentuou a ignorância e a preguiça do habitante do interior [...], aquele que vivia do que a natureza dava, sem gastar energia para alcançar qualquer objetivo de vida (AZEVEDO, 2012, p.30).

Vários artigos de Monteiro Lobato como esse, foram reunidos e publicados em formato de livro em 1918, recebendo o título de Urupês, obra com bastante circulação até os dias atuais. Urupês foi responsável pela grande repercussão do Jeca Tatu e dos estereótipos vinculados ao habitante pobre e rural do sudeste brasileiro. Em vários momentos do livro, Monteiro Lobato destaca o “caboclo” como uma categoria de classificação social, conceito que consiste em uma agregação artificial de pessoas baseadas na identificação de atributos comuns compartilhados por indivíduos que não se engajam necessariamente

em um relacionamento social em razão dessa similaridade. Os atributos que definem uma categoria social podem ser biológicos, sociais ou culturais (LIMA, 1999, p.08). Deste modo, o “caboclo” nos escritos de Monteiro Lobato geralmente é o pobre, ignorante, descendente do indígena, atrasado, o empecilho para o desenvolvimento, o elemento que não se encaixa no futuro da nação, sempre dominado pela preguiça. Isso pode ser percebido nesse trecho do livro *Urupês*:

Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se bem sem isso. Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras na parede, Jeca não se move a repô-las. Ficam pelo resto da vida os buracos abertos, a entremostrarem nesgas de céu. Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jeca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante. Remendo... Para quê?, se uma casa dura dez anos e faltam “apenas” nove para ele abandonar aquela? Esta filosofia economiza reparos (LOBATO, 2012, p.12).

No trecho acima da obra *Urupês* é possível perceber o destaque que o autor emprega à preguiça do “caboclo”, sendo ela de acordo com o escritor, a principal responsável pela não ascensão social dessa população, pois em conformidade com o trecho destacado, o Jeca Tatu vive em condições semelhantes ao seu avô e seu neto terá o mesmo destino. O culpa da preguiça para justificar a enorme desigualdade social no Brasil não está restrita apenas ao contexto mencionado, ela se encontra em todos os períodos e regiões brasileiras, escondendo toda uma política opressora e com benefícios a classe mais alta.

Em vários momentos, o autor menciona o “caboclo” como irresponsável que transgride as leis, no qual apela para todo o tipo de álibi, geralmente usando a sua religiosidade (LOBATO, 2012, p.12). Nesses relatos do escritor, é possível verificar que mesmo sofrendo uma forte opressão, a população rural mais pobre encontrava maneiras de resistir ao poder dos grandes fazendeiros e a elite local. O álibi descrito por Monteiro Lobato, é um exemplo do que James C. Scott denomina de forma cotidiana de resistência camponesa (SCOTT, 2002, p.125).

Nos registros de Monteiro Lobato sobre o “caboclo” é possível apontar algumas semelhanças entre o uso do termo no sudeste e no norte do país, sendo utilizado como categoria de classificação social para apontar as pessoas mais pobres, rurais e mais afastadas da modernização. Desta forma, “o caboclo é aquele que está nas franjas, nas fronteiras da modernidade, o que estava antes da modernidade, o que é, de certo modo, contra a modernidade” (RODRIGUES, 2011, p.125).

Esses escritos sobre o “caboclo” e o Jeca Tatu tiveram grande repercussão no sudeste brasileiro. O personagem não se fixou na literatura, mas virou peça de teatro, filme (interpretado por Amácio Mazzaropi em 1959), comercial (Biotônico Fontoura), personagem de televisão (interpretado por Moacir Franco no programa “A praça é Nossa”) e também na música (por exemplo, Tristeza do Jeca). Isso fez com que o Jeca Tatu e seus estereótipos

entrassem no imaginário das pessoas acerca da população rural do sudeste brasileiro. Por outro lado, Carmen Lúcia de Azevedo destaca que também o Jeca Tatu “materializou um sentimento que trazíamos dentro de nós e cujas raízes repousavam em uma velha paisagem rural, habitat da alma brasileira, [...] uma espécie de fuga do real, transpondo consigo a tristeza e o riso” (AZEVEDO, 2002, p.12).

Dessa forma, na região sudeste o “caboclo” pode ser visto como um modo de vida, como um *habitus* indicado por Pierre Bourdieu, que procurava um conceito que preenchesse “a necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condições sociais” (SETTON, 2002, p.62). Pierre Bourdieu define *habitus* como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1983, p.65).

À vista disso, o “caboclo” na região sudeste pode ser empregado e compreendido como um modo de vida, um *habitus*, que consiste em expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p. 63). Esse *habitus* “caboclo” é ambíguo, ao mesmo tempo em que ele carrega uma série de estereótipos pejorativos, vinculados à ignorância, preguiça, má higiene, também apresenta pontos positivos. Algumas pessoas se autodenominam como “caboclos”, “caipiras”, “Jecas” no sudeste brasileiro e destacam os pontos positivos desse modo de vida, como a humildade, tranquilidade, empatia e generosidade. Esse *habitus* se encontra em oposição ao morador dos grandes centros urbanos, que geralmente são apresentados pelas pessoas que se identificam de “caboclos”, como egoístas, arrogantes e soberbas. Em vista disso, segundo Ernesto Laclau, a construção do processo de identificação está baseada no ato de excluir e incluir, estabelecendo dois polos resultantes, sendo utilizado por oposições binárias (LACLAU, 1990). Nesse caso, a oposição é entre o sujeito que nasceu na zona rural e o indivíduo que nasceu na zona urbana.

Como destacado, o termo “caboclo” assim como na Amazônia é empregado de diversas formas, sendo ele uma categoria de classificação social, de “mistura racial”, empregado geralmente à população pobre, rural e heterogênea. Todavia, a região sudeste se difere devido a uma maior autoidentificação das pessoas com o termo. Caboclo também significa um modo de vida humilde, rural e tranquilo. Em Santa Catarina, como nos casos já apresentados, o “caboclo” terá diversas definições, algumas semelhantes às regiões

sudeste e norte e outras distintas devido à historicidade da região.

4 | O “CABOCLO” EM SANTA CATARINA E A GUERRA DO CONTESTADO

Em Santa Catarina o termo caboclo é utilizado em várias situações, como para a população pobre rural, para mencionar uma categoria de “mistura racial”, em que é empregado para as pessoas que tem um tom de pele mais escuro. Também, o termo se difere em território catarinense, devido a Guerra do Contestado (1912 – 1916), onde os indivíduos envolvidos no conflito ficaram conhecidos como “caboclos”.

A região que ocorreu o conflito ocupa grande parte do estado de Santa Catarina, abrangendo o planalto norte, a região serrana e boa parte do oeste do território catarinense. Os primeiros a ocuparem o local foram os povos Guarani, Kaingang e Laklãnõ/Xokleng. Posteriormente, no século XVIII, esse território foi cortado pelo Caminho das Tropas, resultando na fixação de grupos de pessoas ao longo do curso, como também nas primeiras vilas e fazendas de invernada e criação de gado. De acordo com Maurício Vinhas de Queiroz, as pessoas que se fixaram na região do Contestado nesse período eram antigos estancieiros empobrecidos de origem paulista e portuguesa, “criminosos”, antigos camaradas das tropas de burro e os “forros administrados”, esses últimos são destacados pelo autor como “os ancestrais dos futuros caboclos” (QUEIROZ, 1981, p.25). Oswaldo Rodrigues Cabral salienta que “agregados e mestiços livres” dos domínios rurais paulistas, onde se encontrava em número excedente, passaram a incorporar então o contingente populacional da região do Contestado (CABRAL, 1979, p.88). Marli Auras enfatiza que também se fixaram na região, pessoas oriundas da Guerra do Paraguai (1864-1870), Revolução Federalista (1883) e Farroupilha (1885), aumentando com isso o contingente populacional (AURAS, 2001, p.25).

A partir da primeira metade do século XIX, começam a chegar os primeiros imigrantes de origem europeia, que também passam a incorporar a população da Serra Acima. Conjuntamente, no início do século XX, um representativo número de pessoas que trabalhavam na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, oriundos das regiões sudeste e nordeste, não foram reconduzidos a seus locais de origem pela empresa responsável pela obra. Esses indivíduos não tiveram melhor alternativa do que se fixar na região. Grande parte dessa massa heterogênea que ocupou a faixa interiorana de Santa Catarina se rebelou em 1912 contra a ordem vigente, a opressão do poder local dos coronéis, do estado e do capital privado, culminando no conflito chamado como Guerra do Contestado. As pessoas envolvidas no conflito foram classificadas desde os primeiros escritos com a denominação de “caboclo”.

Os primeiros registros sobre essa população foram realizados por meio dos militares, dos médicos e demais pessoas que estiveram envolvidos no lado repressor do movimento, como também pela imprensa. De acordo com Paulo Pinheiro Machado essa

população - desde as primeiras crônicas na imprensa, no relatório dos militares, médicos e de autoridades políticas - era tratada como um povo ignorante, desprovido de civilidade, despreparado para qualquer política de modernização, preso às superstições e guiado por charlatães e exploradores de sua fé alheia (MACHADO, 2012, p.16).

Nessa situação, o “caboclo” é representado de forma semelhante às outras regiões, principalmente ao Jeca Tatu, ambos são apresentados em oposição à modernização, seja nas práticas religiosas, na alimentação, quanto nas vestimentas. Na região do Contestado, a definição do “caboclo” em oposição à modernização é uma das principais formas encontradas. Por exemplo, o filme com mais destaque acerca do conflito, intitulado de “Guerra dos Pelados” (1970) de Sylvio Back, atribui destaque a essa oposição, principalmente na cena em que um “caboclo” interpretado por Stênio Garcia resolve lutar contra uma locomotiva.

Na literatura sobre a Guerra do Contestado, durante muito tempo permeou sobre as obras denominações pejorativas, como: rebeldes, selvagens, aberrantes, criminosos, fanáticos, jagunços e bandidos (VALENTINI, 2012, p.07). Até a década de 1960, o principal conceito que foi utilizado para mencionar os “caboclos” na região do Contestado era o “fanatismo”. Esse conceito foi empregado pra “expressar uma condição mental irracional, um comportamento ligado à loucura” (MACHADO, 2012, p.18). Como exemplo desse período, podemos analisar a obra “Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos” (1952) de Aujor Ávila da Luz. Em sua obra, o autor procura justificar a Guerra do Contestado por meio do fanatismo e desequilíbrio dos “caboclos”. Repetidamente ao longo do livro, Aujor Ávila da Luz destaca o caboclo como produto da miscigenação e defende o “branqueamento” da população.

O grosso da população brasileira sendo o produto do cruzamento de três raças e não havendo ainda “o tipo étnico de brasileiro único”, esta intervenção constante do homem branco no caldeamento, faz as duas principais subformações caminharem para um tipo mais uniforme, mais claro e de melhores atributos, que é o pardo, em que o sangue negro está mais diluído e o caboclo em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígene.[...] E no decorrer destes quatro séculos de miscigenação já houve tempo suficiente para este processo de estabilização. (LUZ, 1999, p.70). O “mito das três raças” foi e ainda é utilizado como símbolo nacional da formação do Brasil. Todavia, Darcy Ribeiro em seus escritos faz um crítica a uniformidade étnica brasileira, segundo o autor “essa unidade básica não significa nenhuma uniformidade” (RIBEIRO, 1995, p.21). Benedict Anderson entende nação como um tipo de comunidade imaginada, que necessita de símbolos e narrativas que buscam uma unidade, uma estabilização da identidade, onde “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34). Dessa maneira, a miscigenação é apontada muitas vezes como evento tranquilo, escondendo uma política geralmente

pautada na desigualdade e na exploração.

A partir da década de 1960, ganha destaque na literatura do Contestado os trabalhos de Maurício Vinhas de Queiroz, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro. Essas obras passam a utilizar outras fontes como a memória e o testemunho oralmente transmitidos do lado rebelde do conflito e trazem novos questionamentos. Por exemplo, Maurício Vinhas de Queiroz, é o pioneiro em apontar que a causa do conflito teria ocorrido devido a condição social dos “caboclos” (QUEIROZ, 1981, p.249). Todavia, em substituição ao conceito “fanático” como forma de abordar o comportamento dos “caboclos”, Maurício Vinhas de Queiroz, “utiliza o conceito de “messianismo”, em sua vertente weberiana – baseada na *anomia social*” (MACHADO, 2012, p.17). Nesse processo, os rebeldes teriam passado por “um processo de perda de identidade (*anomia*) e passaram a reagir contra o mundo externo através de um “autismo”, um comportamento que o próprio autor chama de patológico” (MACHADO, 2012, p.17). Paulo Pinheiro Machado enfatiza que o conceito de messianismo é apenas uma forma mais acadêmica de chamar os envolvidos no conflito de “fanáticos” (MACHADO, 2012, p.17).

A obra destacada como um marco na literatura do Contestado é a de Duglas Teixeira Monteiro. O autor desconsidera os conceitos de fanatismo, messianismo e a relação dos “caboclos” com uma *anomia social*, afastando os rebeldes de um caso patológico. O trabalho desse autor teve grande impacto na historiografia seguinte, por ajudar a demolir o muro da intolerância e da arrogância urbanas, que só conseguia ver “ignorância”, “fanatismo” e “carências” no mundo sertanejo. A partir da obra de Duglas, o mundo sertanejo passa a ser visto pelo que efetivamente foi, pelo que construiu e pelo que acreditava (MACHADO, 2012, p.18). Posteriormente à obra de Duglas Teixeira Monteiro, bem como aos novos aportes teóricos e metodológicos da Antropologia, História e Sociologia e a aproximação das áreas, o evento foi analisado de diversos ângulos, multiplicando a diversidade de propostas para abordar o conflito, como a participação dos indígenas, das mulheres e dos negros. À vista disso, novos questionamentos foram surgindo, aumentando significativamente a literatura acadêmica sobre a Guerra do Contestado.

Entretanto, mesmo após os avanços na pesquisa sobre o conflito, o termo “caboclo” é ainda utilizado para mencionar os rebeldes, sendo aplicado até mesmo nos títulos das obras. Marli Auras intitulou a sua obra mais famosa como “Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla” (2001); Paulo Pinheiro Machado deu o título de “História, Memória e Historiografia” (2012) para seu artigo publicado em um livro sobre o centenário da Guerra do Contestado. Atualmente os pesquisadores sobre o evento raramente dão destaque sobre quem é o “caboclo” em seus trabalhos, geralmente ele é em essência, o participante do conflito.

Todavia, em obras que não tem objetivo de abordar o conflito, mas que mencionam o “caboclo” da região, é possível encontrar outras definições ao termo. Para Arlene Renk (2006) e Eunice Sueli Nodari (2009), que realizam as suas pesquisas em alguns

municípios do oeste de Santa Catarina, o “caboclo” é um grupo étnico. As autoras utilizam as definições de Fredrik Barth que menciona grupo étnico como uma forma de organização social, sendo fundamental, entre outras coisas, para “designar uma população que possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias de mesma ordem” (BARTH, 2000, p.31-32). Como um grupo étnico, as autoras definem o “caboclo” na oposição com os “de origem” (italianos e alemães). Essa abordagem precisa ser compreendida com atenção. Ambas as autoras pesquisam regiões com contextos muito específicos, se diferindo de grande parte da região do Contestado. Por exemplo, no planalto norte catarinense (também região do Contestado), o termo é empregado como um *habitus*, onde até mesmo alguns descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, ucranianos são vistos como “caboclos”, é o que Fernando Tokarski chama de “europeus acaboclos” (TOKARSKI, 2008, p.249).

Não se tem como objetivo apontar se nos casos pesquisados por Arlene Renk e Eunice Nodari, o “caboclo” é ou não um grupo étnico. Procuo destacar apenas que suas obras contextualizam apenas uma fatia do imenso território que é conhecido como Contestado, existindo, portanto, em toda essa região diversos contextos e múltiplos modos do termo “caboclo” ser empregado. Devemos nos atentar com isso e afastar de nossos escritos uma homogeneização, uma reificação do “caboclo” no Contestado. Recentemente, foi lançando o videodocumentário Terra Cabocla (2015) dirigido por Márcia Paraíso e Ralf Tambke. O filme conta com a participação de inúmeros pesquisadores sobre o Contestado que procuram definir o que é o “caboclo”. Como foi possível perceber com as análises já apontadas nesse trabalho, múltiplas foram as definições dos estudiosos da temática.

Entretanto, também participam do longa-metragem, pessoas que se autodenominam como “caboclos” e que reivindicam uma faixa de terra e melhores condições de vida. Essas pessoas justificam as suas requisições pela perda do território pelas medidas governamentais e principalmente pela barbárie contra o sertanejo pobre na Guerra do Contestado. Desta, forma, o termo “caboclo” que foi dirigido de forma pejorativa para a população envolvida no conflito, agora passa a ser um conceito usado por grupos da população rural pobre da região do Contestado, para reivindicar melhores condições. À vista disso, é possível constatar nesse grupo um processo que Miguel Alberto Bartolomé chama de etnogênese.

Também já se qualificou de etnogênese o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados” e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos. Em outras oportunidades, recorreu-se ao mesmo conceito para designar o surgimento de novas comunidades que, integradas por migrantes ou seus descendentes, reivindicam um patrimônio cultural específico para se diferenciarem de outras sociedades ou culturas que consideram diversas de sua autodefinição social, cultural ou racial (por exemplo, grupos migratórios interestatais ou

comunidades afro-americanas). A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica (BARTOLOMÉ, 2006, p.40).

Esse processo de etnogênese, autodenominação como “caboclo” e a reivindicação por direitos está dando os primeiros passos, porém, é mais uma abordagem diferente acerca do “caboclo” em Santa Catarina.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “caboclo” como apontado nos casos da região sudeste brasileira, Amazônia e em Santa Catarina, pode apresentar muitas definições, sendo uma categoria de classificação social, relacional, de “mistura racial”, um *habitus* e até mesmo ser um grupo étnico. No caso catarinense, o “caboclo” apresenta uma particularidade, pois foi o termo usado para se referir aos participantes de um dos maiores conflitos na América do Sul, a Guerra do Contestado. Mesmo para mencionar esses indivíduos o termo “caboclo” pode ser empregado de múltiplas formas. Desta maneira, proponho que os pesquisadores que abordam a Guerra do Contestado e seus desdobramentos empreguem uma maior atenção ao falar sobre a população envolvida no conflito, bem como, se afastem de definições que possam reificar um conceito tão amplo e heterogêneo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Denise Bottman.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. 4.ed. - Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade**. 2012. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.39-68, abr. 2006.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CHIBNIK, Michael. Quasi-ethnic Groups in Amazonia. *Ethnology*, Pittsburgh, v. 30, n. 2, p.167-182, abr. 1991.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo**: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 2, n. 2, p.5-32, dez. 1999.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os Fanáticos**: Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Contestado e o mundo caboclo: História, Memória e historiografia. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012)**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. Editora Unesp: Paralelo 15, 2006.

QUEIRÓZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912 - 1916). São Paulo: Ática, 1981.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste de Santa Catarina**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos Naea, Belém**, v. 9, n. 1, p.119-130, jun. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SCOTT, James C.. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.10-31, jan-jun. 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p.60-70, maio - agosto 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2008. p. 249-281

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012)**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva os estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

